



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

PROCURADORIA-GERAL

PARECER N. 743/2015/L

PROCESSO N. 115/2015 - PREGÃO
PRESENCIAL N. 029/2015 - REVOGAÇÃO -
POSSIBILIDADE

Trata-se de consulta sobre a possibilidade de se promover a revogação do processo licitatório epigrafado.

1. O pregoeiro da Comissão do Pregão Presencial se manifestou, por meio do ofício nº 049/2015-CPL, acerca da inconveniência da adjudicação do feito, por inviabilidade financeira dos itens do certame, conforme segue.

“Tal solicitação se justifica devido ao fato de que os preços negociados no pregão ora citado, apesar de se encontrarem dentro do preço médio constantes nos orçamentos do processo, estão superiores aos valores pagos atualmente através do contrato nº. 159/2014, firmado com a mesma empresa vencedora do pregão, VOVÓ LULU ALIMENTAÇÕES LTDA-EPP”.

2. Segundo consta dos autos no referido ofício, o Índice Geral de Serviços (IPC) – Alimentação do período de junho de 2014 a julho de 2015 acumulou o percentual de 11,52%, o que mesmo atendendo o preço médio constante nos orçamentos do certame, acarretaria uma contratação desvantajosa para o Município.

3. Em se tratando de atos passíveis de anulação ou revogação, o art. 49 da Lei de Licitações é claro ao estatuir:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

4. O Supremo Tribunal Federal, por meio de entendimento sumulado, já pacificou a possibilidade da Administração rever seus próprios atos:

Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
PROCURADORIA-GERAL

não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

5. O pregoeiro da Comissão do Pregão Presencial já se manifestou, por meio do ofício retromencionado, acerca da conveniência em se promover a revogação do ato administrativo.

Ante o exposto, OPINO pela possibilidade de se promover a revogação do Pregão Presencial 029/2015.

É a manifestação, S.M.J.

Patos de Minas – MG, 20 de Julho de 2015.

CLÁUDIO HENRIQUE DE MAGALHÃES
Procurador do Município
Mat. 23.657